

ÁREA II –

ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Algumas reflexões sobre a internacionalização do capital financeiro e sua influência na economia brasileira

Fábio Guedes Gomes
Mestrando em Economia Regional da
Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Campus II

José Bezerra de Araújo
Professor Dr. do Departamento de Economia e Finanças e
do Mestrado em Economia Rural e Regional
da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Campus II

Resumo

O atual regime de acumulação de capital entrou em crise. Isso é um processo que vem se configurando ao longo da história da internacionalização do capital. Uma das principais evidências dessa crise é o desemprego e o enquadramento das economias subdesenvolvidas na lógica de acumulação financeira com o respectivo agravamento das questões sociais nessas economias. O Brasil desde o final da 1980 vem progressivamente adotando uma posição política e econômica condizente com as diretrizes dos principais países desenvolvidos e as instituições que os representam, dentro da nova lógica financeira que se impõem agressivamente. É necessário mudar a orientação da política econômica, passando a privilegiar a construção das bases de uma sociedade mais igualitária.

Introdução

O trabalho analisa, sucintamente, o atual contexto de internacionalização do capital, sob a égide do capital financeiro e seus desdobramentos na economia brasileira. Procuramos demonstrar que a necessidade de reprodução do capital tem deslocado-se da esfera produtiva para a financeira, evidenciando com isso a crise do sistema de acumulação capitalista. Para tanto, na primeira parte, fizemos uma pequena incursão na história da internacionalização do capital objetivando mostrar que esse processo vem aprofundando-se ao longo da própria existência do capital. Na segunda parte, apresentamos e discutimos as principais características do atual momento de internacionalização e os principais agentes responsáveis por esse processo. Em seguida, enfatizamos nossa análise sobre o desemprego, entendendo-o como resultado, em grande parte, da financeirização da economia global. Por fim, na quarta e quinta partes, tratamos da inserção do Brasil nessa *nova* lógica de acumulação e seus desdobramentos na economia e, daí, propomos uma ruptura com o atual modelo econômico adotado pelo país seguido de uma alternativa legitimamente democrática, representante dos anseios da maioria da sociedade brasileira

1 – Uma digressão histórica do processo de internacionalização do capital

*“Ao mencionar ‘globalização’ como um fator central da dinâmica econômica internacional convém separar pelo menos dois fenômenos: a internacionalização da produção e do comércio, um processo histórico de longa duração, e a globalização financeira recente, operada a partir da ‘diplomacia do dólar’”.*¹

Na citação sugere-se que é necessário estudar num plano histórico, o movimento do capital e de sua reprodução ampliada, como também as especificidades das formas hegemônicas predominantes em diferentes formações sociais. A internacionalização do capital, nas três formas que o constituem, o comercial (mercadoria, aquele engajado nos negócios e na grande distribuição concentrada), o produtivo (o capital engajado na indústria em sentido amplo), e o financeiro (entendido como fração de capital que se valoriza conservando a forma dinheiro), assumiram características distintas ao passo que a estrutura capitalista de produção evoluía no mundo.

¹ Tavares, M.C. e Fiori, J.L. (Orgs.). *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Vozes, 1997a.

A história mostra que o desenvolvimento capitalista tem moldado a natureza e a estrutura assumidas pelo Estado em cada fase de predominância das formas específicas do capital.

O primado do capital comercial, iniciado ainda no século XV, provocou as alianças entre as burguesias nascentes e as realezas na Europa, confrontando a ordem social feudal, promovendo a centralização absolutista do Estado em detrimento do poder dos senhores feudais, lançando e ampliando recorrentemente as bases da ordem social burguesa e soterrando as estruturas feudais.

Com o advento da I Revolução Industrial na Inglaterra dos fins do séc. XVIII, inicia-se a predominância do capital industrial que, ao adquirir plenitude ao longo do séc. XIX, vai questionar as formas sociais de organização da produção e, na sequência, colocar em questão a configuração do Estado prototípico do Antigo Sistema Colonial em suas relações com as colônias marcadas pelo monopólio bilateral. Tais relações não eram compatíveis com as necessidades de realização das mercadorias produzidas nas manufaturas inglesas. No limite, estas tensões coadjuvaram na emergência dos Estados nacionais em toda a América, começando pelos Estados Unidos através de sua independência em 1776. O Brasil, logo depois, não ficou de fora desse processo.

Esta longa trajetória histórica do desenvolvimento capitalista, além de dar conformidade às estruturas sociais e políticas nas diferentes formações sociais contemporâneas, feitas as devidas mediações, pode ser analisada especificamente em relação aos movimentos de internacionalização do capital.

Assim, no mercantilismo, por exemplo, havia o predomínio do capital comercial através da expansão e difusão dos processos de comercialização da mercadoria. Mesmo não havendo estruturas de produção sofisticadas, como em relação as que surgiram com a I Revolução Industrial, as pequenas manufaturas já constituíam uma base produtiva significativa. Então, pode-se afirmar que os primórdios da internacionalização do capital deu-se com a transcendência geográfica do resultado das primeiras manufaturas, ou seja, da venda das mercadorias produzidas para o além mar.

Já a internacionalização do capital produtivo lança suas raízes com a I Revolução Industrial, quando as primeiras manufaturas ² inglesas deslocavam-se internamente para aquelas regiões onde a força de trabalho fosse mais abundante. Esse mesmo processo tomou impulso logo após a II Revolução Industrial, que modificou

² Ou produção *maquinofatureira*, como prefere Novais, F. A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 112.

qualitativamente as formas de produção e de transportes de mercadorias, levando ao acirramento da competição entre as principais potências imperiais. A transição para a fabricação mecânica de máquinas, propiciou a expansão maciça do mercado mundial como resultado da crescente industrialização (1848-73) desdobrando-se na construção de ferrovias na Europa e na América do Norte, impulsionando os processos de internacionalização do capital.³

A acumulação de capital estimulada pela Revolução Industrial originária e a I revolução tecnológica (1793-1825), sedimentou as bases para o novo incremento na internacionalização do capital promovido pela II revolução tecnológica (1894-1913), caracterizada pela generalização dos monopólios, com a arrancada do imperialismo e expansão vigorosa do mercado mundial, principalmente Ásia, África e Oceania.⁴

Um outro período histórico que marcou a internacionalização do capital produtivo foi logo após a II Guerra Mundial. Esse momento foi fortemente marcado pela expansão dos conglomerados industriais norte-americanos, que levados pela concorrência internacional, expandiram suas plantas produtivas dando origem as modernas empresas transnacionais. Nesse período, portanto, o fenômeno da transnacionalização produtiva atinge o seu ápice. No Brasil, desde os anos 1930, a participação do Estado em promover a industrialização esteve sintonizada com o movimento de expansão do capital produtivo internacional. Isso acentua-se após 1950 até alcançar seu ápice entre 1968-1973. Entre 1977-1980, o Estado brasileiro começa a demonstrar sinais de enfraquecimento nesse sentido, chegando a entrar em crise e o processo de industrialização perdeu o seu vigor.

2 – O Estado e os novos aspectos da era do capital financeiro: o éden dos financistas

Therborn⁵ nos oferece um esquema de como o Estado se posicionou nas diferentes ocasiões históricas do desenvolvimento capitalista. No capitalismo competitivo clássico da segunda metade do século XIX, o Estado era relativamente fraco diante das empresas. Esse período caracterizou a cartelização, as alianças entre as grandes empresas monopolistas. Depois dos anos trinta do século XX, desenvolveu-se um capitalismo com tendências autárquicas. Logo após a II Guerra Mundial, a presença

³ Ver Mandel, E. *O capitalismo tardio*. 2ª edição, São Paulo: Nova Cultural, 1982, p. 92.

⁴ *Id.*, *ibid.*

estatal na sociedade expandiu-se juntamente com o mercado mundial, para configurar o chamado Estado de bem-estar social (Welfare State). “*Em grande número de países, os recursos do Estado, por exemplo, para gastos sociais, aumentaram, em duas décadas, mais do que em toda a história*”.⁶ Já a partir dos anos 1970-1980, ocorreu uma verdadeira guinada. As forças de mercado fortaleceram-se, sobretudo os mercados financeiros, enquanto o papel do Estado keynesiano passou a ser questionado. “*Os Estados nacionais chegaram a ser muito menores do que este novo mercado financeiro mundial, ao mesmo tempo em que passaram a depender da confiança destes mercados para implementar grande parte das políticas estatais*”.⁷

O novo, nessa nova fase de internacionalização do capital, portanto, passou a ser o alto grau de interdependência dos mercados financeiros. Estes, por sua vez, possibilitaram ao capital financeiro uma mobilidade jamais vista na história econômica do sistema capitalista. Essa nova fase de expansão desse tipo de capital, diferencia-se sobremaneira de outros períodos (por exemplo do último decênio do séc. XIX e os primórdios do séc. XX) onde ele também alcançou níveis bastante elevados de liberdade. Uma das principais características desse fenômeno no atual estágio, é a velocidade e a proporção que vem alcançando as operações rentistas, ao mesmo tempo que submete países, empresas e sociedades inteiras a entrar em sua lógica de acumulação.⁸ O Estado não fica isento ou alheio a estas mudanças. Torna-se uma instituição que tem que corresponder às exigência desse tipo de capital.

Os avanços na área de comunicação através da telemática, por exemplo, tem propiciado ao capital financeiro se locomover instantaneamente, perto do tempo real, entre os diversos mercados que estão agora estreitamente interligados. Isto permite que no atual estágio de acumulação capitalista, o processo de internacionalização do capital assuma características particulares e inovadoras em sua forma, porém guardando o seu conteúdo.

⁵ Ver Therborn, G. *A Crise e o Futuro do Capitalismo*. In: Sader, E. e Gentili, P., (orgs.), *Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 39-50.

⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 45.

⁷ *Id.*, *ibid.*

⁸ Um documento do Banco Mundial identificou que desde os anos 1970 tem crescido o número de países que vem apresentando crises financeiras, chegando esse número a 69. Além disso, desde 1975 foi também contabilizado 87 crises cambiais nas diversas regiões do globo. Isso magnifica a situação de instabilidades que apresenta o atual estágio do sistema capitalista. Wolf, M. *Ortodoxia Frágil*, artigo publicado originalmente no Financial Times e transcrito pela Gazeta Mercantil de 6-8/11/1998.

Há controvérsias em torno do início desse *novo* período. Para Chesnais, por exemplo, essa fase inicia-se nos primórdios da década de 1980, e é denominada por este autor de “*mundialização do capital*”. Essa nova denominação é utilizada, também, para diferenciar o momento pelo qual estamos passando e aquele da fase “*fordista*”, bem como das fases iniciais do imperialismo clássico.⁹ Por outro lado, Tavares afirma que o “*fenômeno da globalização financeira teve sua origem na ruptura do padrão monetário dólar-ouro, (sistema de Bretton Woods), que foi o passo prévio que possibilitou a flutuação cambial e a mobilidade do capital financeiro*”.¹⁰ Fiori também considera que a atual instabilidade do sistema capitalista decorre da crise da hegemonia norte-americana entre 1968 e 1973, onde um conjunto de fatores tanto políticos quanto econômicos e culturais, corroboravam com o fim da “*era de ouro*”.¹¹

Braga, por outro lado, coloca que esse processo é proveniente da própria reestruturação do sistema financeiro dos Estados Unidos. Enquanto as grandes economias capitalistas, Alemanha e Japão, concluíam suas estruturas industriais no pós-guerra, os Estados Unidos estavam passando por uma mudança qualitativa em seu sistema financeiro, tornando mais flexível e favorável a livre mobilidade do capital financeiro.¹²

Há um ponto em comum entre esses autores: foi nos anos 1980 que intensificou-se o processo de globalização financeira, o qual vem promovendo as principais transformações da economia capitalista contemporânea. No geral, é importante colocar que esse novo período (insistentemente chamado de globalização) representa explicitamente uma fase específica do processo de internacionalização do capital e que apresenta duas características centrais. A primeira delas já vem sendo tratada sucintamente, mas é necessário colocá-la novamente:

- 1) o predomínio, sobretudo, do estilo de acumulação¹³ dado pelas “*novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros institucionalizados (os*

⁹ Chesnais, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

¹⁰ TAVARES, M.C. e MELIN, L.E. *A DESORDEM GLOBALIZADA E A NOVA DEPENDÊNCIA*. IN: REVISTA ANPEC, n.º 1, BRASÍLIA, AGO./1997b, p. 10. VER TAMBÉM ZAHLUTH BASTOS, P. *A REVOLTA DOS FINANCIERISTAS: A POLÍTICA DOS OBJETIVOS ECONÔMICOS NACIONAIS NA ERA DA TRANSNACIONALIZAÇÃO CAPITALISTA*. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO/IFCH/UNICAMP, JUL./1996, Mimeo.

¹¹ Fiori, J.L. *Globalização, hegemonia e império*. In: Tavares, M.C. e Fiori, J.L., (Orgs.) *Poder e Dinheiro – Uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997a, pp. 107-114.

¹² Braga, J.C.S. *Financeirização global – O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo*, in: Tavares, M.C. e Fiori, J.L. (Orgs.) *Poder e Dinheiro – Uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997a, p.195-242.

¹³ *Id.*, *ibid.*, 195. Em seu artigo, Braga afirma que “*no capitalismo contemporâneo ... a financeirização é o padrão sistêmico de riqueza*”(grifo do autor). Braga, com pertinência, tenta formular um novo conceito

*fundos mútuos e fundos de pensão), cuja função é frutificarem-se principalmente no interior da esfera financeira”;*¹⁴

- 2) a formação de uma nova ordem industrial, chamada por alguns analistas de “*modelo pós-fordista de acumulação flexível*” que vem proporcionando profundas implicações de ordem social, econômica e territorial, através da emergência de novos regimes, ou formas de organização, das corporações transnacionais.¹⁵

Basicamente, esses dois pontos resumem os principais aspectos da atual fase de internacionalização do capital na sua forma ampliada.

Concordando com Tavares, a globalização financeira sobreposta à transnacionalização produtiva, como um padrão sistêmico de acumulação, é um fenômeno que “*ganhou impulso com as políticas de desregulamentação cambial e financeira impostas pelo receituário neoliberal emanado das autoridades econômicas dos EUA, as quais submeteram o conjunto da economia mundial à preponderância de uma lógica financeira global, numa velocidade sem precedentes históricos*”.¹⁶ Isto faz parte de uma estratégia de retomada da hegemonia norte-americana¹⁷, através da “*diplomacia do dólar*”, sobre os destinos da economia mundial capitalista como a própria autora afirma quando diz: “*Esse processo foi acelerado por um conjunto de políticas deliberadas dos EUA, que, a partir da forte reversão da liquidez internacional em sua direção, iniciada em fins de 1979 como resultado da diplomacia do dólar, obrigaram o restante do mundo capitalista a liberalizar os fluxos internacionais de capital (a chamada desregulação financeira) e a financiar as crescentes dívidas pública e externa dos EUA. Nesse sentido, assinala a autora, a “globalização financeira aumentou prodigiosamente os fluxos de capital financeiro desterritorializado (off-shore), sem registro na contabilidade dos bancos centrais*”.¹⁸

Desde praticamente os anos 1960 que a economia norte-americana vinha perdendo o seu vigor. Fatos como a guerra do Vietnã, na qual os gastos militares eram

que explique o “*modo de ser*” da riqueza contemporânea, sua gestão e aspectos de sua dinâmica sistêmica, no âmbito dos movimentos internacionais do capitalismo (*id.*, p.197).

¹⁴ Chesnais, *op. cit.* pp.14-15.

¹⁵ Galvão, O.J.A. *A região Nordeste e o novo cenário mundial: globalização, abertura comercial e o Mercosul*, in: Anais do XXV Encontro Nacional de Economia, ANPEC, Recife, dezembro/1997, p. 1573. Ver também Harvey, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 4ª Edição, São Paulo: Edições Loyola, 1994.

¹⁶ Tavares, M. C. e Melin, L.E. *A Desordem Globalizada e a Nova Dependência*. In: Revista ANPEC, n.º 1, Brasília, ago./1997b, pp. 9-10.

¹⁷ Tavares, M.C. *A retomada da hegemonia norte-americana*. In: Revista de Economia Política – 18, vol. 5, n 2, abril/junho de 1985.

¹⁸ Tavares e Melin, *op. cit.* 1997b, p. 10.

extremamente elevados contribuíam para uma situação de instabilidade e vulnerabilidade. Por outro lado, a competitividade das economias alemã e japonesa vinha aumentando em relação à economia norte-americana. Isso provocava o enfraquecimento, por sua vez, da posição do dólar frente ao marco e ao iene. O processo de desvalorização do dólar em relação a essas duas moedas foi uma das causas principais, senão a maior, da ruptura do sistema monetário estabelecido em Bretton Woods, tornando o dólar livre da convertibilidade em ouro. A partir de então o câmbio deixou de ter uma paridade fixa, baseado no padrão dólar-ouro, e iniciava-se, desde então, o sistema de câmbio flexível assentado na flutuação dos mercados cambiais. Daí então, a origem da crescente instabilidade dos mercados financeiros e de câmbio na atual conjuntura.

Essas mudanças induziram a tentativa de criação de um novo padrão monetário internacional que não apresentasse o dólar como moeda única. Aludia-se a substituição do dólar como padrão internacional por uma cesta de moedas que incluía, além dessa moeda, as principais moedas da Europa e o iene japonês.

Isto, de imediato, foi visto como uma afronta a hegemonia econômica dos EUA, que tinha no dólar a expressão de seu poder. Diante da ameaça dessas mudanças, as autoridades monetárias norte-americanas trataram de adotar uma estratégia de defesa de sua moeda, evitando que a mesma continuasse desvalorizando-se sucessivamente e perdesse espaço como padrão monetário internacional.

Em setembro de 1979 ocorreu a grande reviravolta com a elevação da taxa de juros básica dos Estados Unidos, fortalecendo a posição do dólar. Isto de imediato provocou uma verdadeira enxurrada de capitais de todas as praças financeiras do mundo capitalista em direção aquele país.¹⁹ A partir de meados da década de 1980, depois do choque monetário e o restabelecimento do poder de compra do dólar, a economia norte-americana passou a apresentar um crescimento econômico significativo, financiado com créditos de curto prazo e endividamento crescente e, conseqüentemente, déficit fiscal, amparado “na posição cardeal de sua moeda nos mercados financeiros internacionais”.²⁰

¹⁹ De acordo com Santos, T. *As Ilusões do Neoliberalismo*. In: Revista Carta, nº 8, Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1993, o fluxo de capitais para os Estados Unidos, em bilhões de dólares, evolui da seguinte maneira: -28 (1980); -27,9 (1981); -27,4 (1982); 34 (1983); 80,3 (1984); 97,2 (1985); 123,2 (1986); e 118,8 (1987).

²⁰ Tavares e Fiori, *op. cit.*, 1997a, p. 74.

À medida que as transferências internacionais de capitais fluíam para a sua economia, os Estados Unidos iam diminuindo seu nível de desemprego de uma taxa média de 8,4% em 1980-82, para 5,4% em 1996, ao passo que a União Européia inversamente passou de 5,6% para 11,4% respectivamente.²¹ O número de empregos temporários na economia norte-americana cresceu 500% entre 1980 e 1997.²²

A redução do desemprego nos EUA também só foi possível, por causa de uma significativa redução do nível de salário médio real do país, que caiu cerca de 20%, depois de descontada a inflação, nos últimos 25 anos. Entretanto, isto provocou um aumento considerável do abismo que separa os ricos dos pobres nos Estados Unidos. Entre 1979 e 1995, a renda dos 20% mais ricos aumentou 26%, em termos reais, e a dos 20% mais pobres caiu 9%. Para se ter uma idéia do que isso representa, nos anos 1970 o salário do presidente de uma grande empresa era, em média, cerca de 34 vezes maior do que o salário médio de empregado típico; nos anos 1990 essa diferença alargou-se, chegando um grande executivo a ganhar 184 vezes mais que um empregado simples.²³

Durante o processo de fortalecimento de sua economia, os EUA passaram a importar bens e serviços que auxiliavam na sua reestruturação produtiva. Aqueles produtos com alto grau de tecnologia eram exportados pelos demais países desenvolvidos, sobretudo o Japão, e alguns em desenvolvimento, com destaque para os tigres asiáticos. Por sua vez, aqueles países da periferia capitalista que tinham elevadas dívidas com o estrangeiro em dólares, exportavam, além de bens e serviços, suas poupanças externas, fazendo-os mergulhar numa longa crise econômica durante toda a década de 1980.

Essa estratégia dos Estados Unidos veio seguida de uma série de movimentos de desregulação cambial e financeira dos principais mercados internacionais. Essa desregulação, que toma impulso nos anos 1990, tem contribuído sobremaneira para que grandes volumes de capital financeiro (principalmente aquele sem compromisso com investimentos produtivos, exclusivamente destinado a especulação) desloquem-se pelos mais variados mercados, principalmente aqueles que estão submetidos aos ajustamentos estruturais exigidos indiretamente pelo Banco Central norte-americano, o FED.²⁴ Neste

²¹ *Id.*, *ibid* pp. 76-77.

²² Ou seja, que ocupam e pagam o empregado menos do que 40 horas semanais com menos direitos em compensações, quando comparados aos empregos de tempo integral. Fonte dos dados: Folha de São Paulo, 01/05/1998.

²³ *Id.*, *ibid*.

²⁴ “*Nos Estados Unidos se cristaliza (sic) um sistema monetário e de financiamento, calcado mais nos ativos financeiros do que na moeda e nas reservas bancárias, proeminente na valorização financeira e patrimonial, e desde o qual se põem, pelo banco central americano, as condições para que o dólar seja o dinheiro da financeirização global*” (Braga, *op. cit.* p. 198). Nessa transcrição, Braga reforça a

contexto de ampla desregulamentação financeira e abertura dos mercados nacionais à livre mobilidade do capital financeiro, bem produzindo-se uma “*classe de rentistas cosmopolitas*”, que tem como objetivo central, não “*mais a conquista definitiva de mercados nacionais, mas sim maximizar os ganhos patrimoniais e especulativos obtidos em todos os mercados financeiros, em particular, o cambial*”.²⁵

Vários atores econômicos surgem e participam da “*financeirização global*”,²⁶ merecendo destaque “*os fundos mútuos do mercado monetário, as seguradoras e os fundos de pensão, os chamados investidores institucionais, que adotam estratégias de gestão de portfólio, reduzindo o tempo médio de manutenção das ações, em função de ganhos de capital mais ‘imediatos’, internacionalizando suas aplicações e alimentando o crescimento dos mercados derivativos*”²⁷ e, enfim, comparecem os enormes bancos multinacionais, embora suas posições relativas tenham caído e muito na hierarquia mundial da concentração e centralização do capital financeiro

Ademais, são esses atores responsáveis pela dinâmica de acumulação contemporânea que se caracteriza, basicamente por dois fatores: pela forte concentração de capitais, através de fusões de empresas ou associações estratégicas nos setores de tecnologia “*dura*”, como a indústria bélica e da aviação, e nos setores de tecnologia “*de ponta*”, como o de telecomunicação e o de informática; e, como consequência, pelo momento centralizador que promove e facilita a “*localização convergente de capitais patrimoniais e financeiros nos grandes centros decisórios mundiais, sujeitando o direcionamento dos fluxos de capital financeiro e a disponibilidade de crédito e liquidez em qualquer parte do globo a uma lógica financeira centralizada tanto no que toca à fixação de parâmetros de rentabilidade como à distribuição de risco*”.²⁸

Essas instituições têm crescido estupidamente. Só nos Estados Unidos o crescimento dos ativos financeiros na forma de fundos de pensão e fundos mútuos cresceram, juntamente, de US\$ 977 bilhões em 1980 para US\$ 6,370 trilhões até o terceiro trimestre de 1994. Sendo que desse último montante, os fundos de pensão

argumentação de que as tentativas de enquadrar o maior número de países à nova forma de acumulação, fazem dos Estados Unidos o expoente de políticas neoliberais em todo o mundo, e isso é feito de forma coordenada e planejada pelo mainstream acadêmico que tem representantes nos principais órgãos que organizam a economia mundial contemporânea, como o Banco Mundial (World Bank), FMI (Fundo Monetário Internacional) e OMC (Organização Mundial do Comércio).

²⁵ Tavares e Melin, *op. cit.* 1997b, p. 11.

²⁶ *Id.*, *ibid.*

²⁷ Braga, *op. cit.* p. 206. Ver também Chesnais, F. *A Emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente Financeiro*. In: Revista Praga de Estudos Marxistas, n.º 3, setembro/1997, p. 32.

²⁸ Tavares e Fiori, *op. cit.* 1997a, p. 73.

participam com US\$ 4,570 trilhões. Já os bancos, principais agentes financeiros do final do século passado, em 1980 detinham em ativos financeiros o volume de US\$ 342 bilhões, passando para US\$ 1,180 trilhões no terceiro trimestre de 1994.²⁹

3 – As consequências da *nova era financeira*

Essa lógica de acumulação tem alcançado consequências desastrosas. Isso tem impedido, por exemplo, que vários países, enquadrados nessa lógica, alcancem o mesmo êxito em termos de dinâmica e crescimento econômico, como visto no pós-guerra. No caso de alguns países latino-americanos, por exemplo, parece que as estratégias políticas iniciadas com o Governo de Reagan, serviram para abortar os processos de desenvolvimento econômico que vinham sendo concluídos. É como se fosse um castigo³⁰ imposto ao governos destes países por entrarem irresponsavelmente num modelo de financiamento inconsistente com capacidade de reação a situações de adversidade do mercado.

Por outro lado, a nova ordem industrial, ou seja, as novas organizações industriais, que tem por base um regime flexível de produção, só podem ser constituídas justamente a partir do elevado nível de centralização desse mesmo capital financeiro. Segundo Chesnais, “*para os grandes grupos do setor de manufaturas e de serviços, a estreita imbricação entre as dimensões produtiva e financeira do capital representa hoje um elemento inerente ao seu funcionamento cotidiano*”.³¹

Por este processo, os grandes grupos industriais tornaram-se também grupos financeiros. Esse movimentos podem ser vistos como uma atualização dos estudos de Hilferding (1905), onde são detalhados os processos de fusão dos capitais bancário e industrial para transformarem-se no capital financeiro “*sua forma mais elevada e abstrata*”.³²

²⁹ Dados de Marchand e Mérieux (1996) extraídos de Chesnais, *op. cit.* 1996, p. 292.

³⁰ Tais esquemas de desenvolvimento utilizados pelos países da periferia, tinham forte conotação keynesiana. A rejeição das políticas keynesianas como forma de combater a inflação, levaram a difusão teórica do monetarismo como corrente predominante nos debates econômicos, principalmente nos EUA e Inglaterra. A necessidade de expansão dessa corrente contribuiu para eleger Ronald Reagan nos Estados Unidos e Margareth Thatcher na Inglaterra. Instaurada a era *reaganomics* de forte viés monetarista, as políticas econômicas foram difundidas, como se poderia esperar levando-se em conta o poder de influência dos EUA nessas questões. Assim inaugurava-se um período negro para os países do terceiro mundo no que diz respeito as políticas econômicas e para aqueles governos cujos programas de desenvolvimento tinham por trás o Estado como principal agente propulsor.

³¹ Chesnais, *op. cit.* 1996, p. 275.

³² Hilferding, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1982, p. 27. Além de outras mediações históricas necessárias, seria pertinente lembrar que em Hilferding não se encontram referências de que o capital financeiro viesse a predominar sobre as formas clássicas do capital produtivo. Nesse sentido a

Da passagem da figura do empresário capitalista do século XIX para as chamadas sociedades anônimas, o capitalismo sofreu transformações que o próprio Marx percebia através das leis da dinâmica do capital. As sociedades por ações desataram funções tradicionais de gestão e propriedade, e deram surgimento ao mercado acionário. Ao aglutinarem capitais de diversas fontes, produziram o avanço correspondente à necessidade de mobilizar grandes massas de capital.³³

Isto quer dizer que, agora, os grandes grupos tem um caráter duplo de acumulação. *“Por um lado, eles estão se tornando organizações cujo interesses identificam-se sempre mais com os das instituições estritamente financeiras. Por outro, continuam sendo locais de valorização do capital produtivo, sob forma industrial”*.³⁴

À parte as grandes dificuldades de regulação do Estado sobre o processo de financeirização da riqueza, as conseqüências dessa nova forma de atuação das empresas são, também, devastadoras. Em diversos países, tanto da periferia capitalista quanto alguns mais avançados como Alemanha Espanha e França, o problema do desemprego é latente. A causa desse problema pode ser atribuído em grande parte à própria falta de emprego do capital que é desviado para operações rentistas. Quer dizer, a falta de investimentos produtivos não conduz a crescimentos econômicos que estejam de acordo com as reais necessidades da sociedade, sobretudo quando falamos do emprego como fonte de renda. Segundo Kurz só nos Estados Unidos a operações financeiras com ações em bolsas correspondem à *“segunda fonte de renda para várias famílias”*.³⁵ Por outro lado, a maioria das famílias - não podendo participar dessa espécie de cassino global - não encontram alternativa de emprego na escala de suas necessidades.³⁶

O número de desempregados no mundo recentemente divulgado pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) é um pouco menor do que a população da China e da Índia, 800 milhões de pessoas contra 1,2 bilhão e 900 milhões de habitantes, respectivamente.³⁷ Esse número representa um país sem fronteiras, o país dos desempregados, correspondente a mais de cinco vezes a população brasileira.

obra de Chesnais, *op. cit.* 1996, p. 275, dá um passo importante para preencher, em parte, essa lacuna deixada por aquele autor.

³³ Braga, *op. cit.* p. 212.

³⁴ Chesnais, *op. cit.* 1996, p. 276.

³⁵ **KURZ, R. A IMPLOÇÃO DA MOEDA: A BREVE ERA DO MONETARISMO CHEGA AO FIM COM O ESTOURO DAS BOLHAS ESPECULATIVAS, IN: FOLHA DE SÃO PAULO, 08/NOV/1998.**

³⁶ Ver o *best seller* da romancista francesa Viviane Forrester, *O Horror Econômico*, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. A autora trata de forma singular a situação de precariedade em que se encontra a sociedade européia diante do problema do desemprego.

³⁷ Folha de São Paulo, 01/05/1998.

De acordo com a OIT, muitas vezes as causas do desemprego são atribuídas a mudanças tecnológicas (em alguns setores produtivos) e ao comércio internacional. Mas, tal argumentação não tem respaldo na realidade se olharmos por exemplo a economia norte-americana. Nela, as mudanças tecnológicas geradas só no setor de telecomunicações entre 1930-1970, propiciaram um decréscimo de 87 mil para 24 mil profissionais da telegrafia, enquanto, ao mesmo tempo, a telefonia gerava 536 mil novos postos de trabalho.³⁸ Pode a tecnologia ser uma das causadoras do desemprego em escala mundial. Porém, é necessário levar em consideração que ao longo da história capitalista sempre existiram transformações tecnológicas, nem sempre acompanhadas de altos índices de desemprego. Com exceção de alguns momentos iniciais de mudanças nas relações de produção e crises financeiras, provavelmente o desemprego nunca alcançou níveis tão alarmantes em um número tão expressivos de países.

Todavia percebe-se que esse problema advém de uma crise de acumulação capitalista. O irrelevante crescimento econômico em diversos países, aliado a crise do Estado (principalmente com a diminuição de sua capacidade de investimento em alguns países), pode ser atribuído, basicamente, a exacerbação das operações financeiras levada a cabo por um inadequado sistema de acumulação, daí, consequentemente a causa central do desemprego atualmente no mundo.

O exemplo da economia alemã é sintomático nesse caso. Entre 1964 e 1973, esse país crescia em média 4,5% ao ano. O desemprego situava-se em torno de 0,79% da PEA (População Economicamente Ativa). Dez anos depois o crescimento econômico caiu para 2,9%, enquanto o desemprego, inversamente, pulou para 6,03%.³⁹

Todavia, os lucros não-operacionais⁴⁰ fazem parte hoje das ações da grande maioria de empresas multinacionais. Isso implica dizer que uma grande parte destas empresas preferem obter uma substancial parcela de seus lucros em operações estritamente financeiras e não através da expansão de seus mercados de bens e serviços, através de investimentos que conduzam-na ao crescimento e consequentemente à reprodução e acumulação de capital.

Miranda nos traz alguns dados interessantes sobre isso. Na últimas duas décadas, a expansão do estoque dos ativos financeiros cresceram enormemente. As famílias detêm

³⁸ *Id., ibid.*

³⁹ *Id., ibid.*

⁴⁰ Lucros não-operacionais são aqueles que não advém da simples compra e venda de mercadorias ou serviços mas, das operações rentistas, ou seja, com juros ou mesmo com operações especulativas com câmbio

hoje US\$ 29 trilhões, as corporações transnacionais US\$ 13 trilhões, os bancos US\$ 8,5 trilhões e os fundos de pensão 13,2 trilhões.⁴¹ Percebe-se então, que as corporações transnacionais exercem um peso significativo e a importância da função financeira nelas vem crescendo, acompanhando também sua evolução, mesmo nas fases de intenso aumento de produtividade. Braga apresenta alguns números sobre as operações de lucro das grandes empresas japonesas. Os lucros não-operacionais sobre os lucros totais dessas empresas passaram de 37,5 % entre 1960/1970, para 62,5% entre 1970-1980 e 60,4% entre 1980/1988. Enquanto isso, no mesmo período, a participação dos lucros operacionais nos lucros totais passaram de 22,9% para 34,95 e, depois, para 41%. Isto indica o quão é importante as operações rentistas das empresas japonesas na composição dos seus lucros totais.⁴²

No geral, encontramos-nos numa nova desordem econômica e social. Basta fixarmos que o atual período se caracteriza como um momento histórico da luta do capital pelo livre arbítrio, agora sobre a forma prevalecente do capital financeiro. Tendo os Estados Unidos como o expoente desse movimento de financeirização, baseado na coordenação de sua taxa de juro e de câmbio, além da expansão de seu “*discurso neoliberal*”, ao mesmo tempo que pratica, de acordo com Tavares, um keynesianismo bélico clássico, sucedido por investimentos em estruturação industrial e atração de capitais estrangeiros, conseguindo, assim, financiar o seu consumo doméstico e seu gasto público por meio de um vultoso endividamento externo e interno.⁴³ Cruz discute com pertinência essa questão quando afirma que essa estratégia norte-americana é apoiada, “*alternadamente, no discurso do liberalismo econômico e numa retórica neomercantilista que faz apelo a sanções para forçar a aceitação de seus objetivos proclamados, parcialmente reforçada pela política dos demais países centrais, essa orientação estratégica se manifesta, igualmente, nos programas de ‘ajuste estrutural’ – abertura econômica, liberalização e desregulamentação de mercados, privatização de empresas públicas, etc. – exportados pelo FMI e pelo Banco Mundial aos países do Terceiro Mundo; nas negociações em curso na Rodada Uruguai, do GATT, e na ação ‘punitiva’ das autoridades comerciais americanas contra parceiros tidos como responsáveis por práticas que, embora*

⁴¹ MIRANDA, J.C. *DINÂMICA FINANCEIRA E POLÍTICA MACROECONÔMICA*. IN: TAVARES, M.C. E FIORI, J.L. (ORGS.) *PODER E DINHEIRO – UMA ECONOMIA POLÍTICA DA GLOBALIZAÇÃO*. PETRÓPOLIS: VOZES, 1997A, p. 243.

⁴² Braga, *op. cit.* p.214.

⁴³ Tavares e Fiori, *op. cit.* 1997a, p. 74

*permitidas por regulamentos e convenções mutuamente consentidos, são por elas definidos como ‘desleais’”.*⁴⁴

4 - Os desdobramentos no Brasil da nova era financeira

Nos países periféricos enquadrados nessa nova lógica de acumulação, a principal variável que reflete essa nova conjuntura de crise não podia ser diferente: o desemprego. Principalmente porque esse problema está estreitamente relacionado com a ubiqüidade da política econômica ditada a partir do centro hegemônico.

No Brasil, os dados sobre o desemprego são alarmantes. Considerando-se as sete principais regiões metropolitanas do país, a média do desemprego em 1997 foi 16,7%.⁴⁵ No plano doméstico, algumas causas para a elevação dessa taxa são bem conhecidas. Uma delas diz respeito a política deflacionista adotada em 1994 que acelerou a liberalização dos mercados cambiais e financeiros e catapultou à patamares elevados a taxa de juros interna. No início do Plano Real verificou-se um crescimento acentuado da economia, dando-se a impressão que o sucesso da política anti-inflacionária continuaria. Todavia, essa política levada adiante e sustentada num câmbio crescentemente sobrevalorizado e com taxas de juros elevadíssimas do ponto de vista dos investimentos, inibiram o crescimento econômico. Em consequência, o Estado passou a endividar-se crescentemente, dado os elevados custos das transações financeiras com títulos públicos.⁴⁶ Por outro lado, a exposição da economia brasileira à maior competitividade de vários setores produtivos estrangeiros⁴⁷ acabou promovendo o fechamento de milhares de unidades produtivas. Como resultado desta conjunção de fatores adversos, desencadeou-se um acelerado crescimento da taxa de desemprego, ameaçando descambar para patamares perigosos para a ordem social vigente.⁴⁸

⁴⁴ Cruz, S.C.V. *A Produção do Consenso: discurso econômico e conflitos políticos na transição brasileira*. IFCH/UNICAMP/Primeira Versão, n.º 56, São Paulo, set./1994, p. 16-17. Ver também Puig, C. S. *O Rosto do Moderno da Pureza Global*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

⁴⁵ Fonte: Dieese e Fundação Seade, disponível na World Wide Web em <http://www.seade.gov.br>

⁴⁶ A dívida interna mobiliária do setor público saltou de R\$ 59,5 bilhões em 1994 para R\$ 304 bilhões em 1998. Benjamin, C. *et. al. A Opção Brasileira*, Rio de Janeiro, 1998, p. 182.

⁴⁷ Esses setores eram beneficiados pelos subsídios concedidos pelo câmbio sobrevalorizado e melhores acesso a financiamento estrangeiro com taxas de juros mais confortáveis.

⁴⁸ VER TAVARES, M.C. *A ECONOMIA POLÍTICA DO PLANO REAL*. BRASÍLIA: CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO/COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES/CÂMARA DOS DEPUTADOS/SEPARATAS DE DISCURSOS, PARECERES E PROJETOS, N. 81/97.

Além disso tudo, alguns setores produtivos, devido a manutenção da política de taxas de juros “*escorchantes*”, passaram a defrontar-se com a queda de suas demandas e a falta de perspectivas de investimentos condizentes com as suas necessidades.⁴⁹

Por outro lado, a desregulamentação econômica e financeira vem proporcionando o aumento da concentração bancária e uma intensa onda de fusões e aquisições de empresas (centralização do capital industrial) no Brasil, seja através das privatizações, ou através da transferência de propriedades de outros ativos preexistentes. Isto contrasta diretamente com a ampliação da capacidade produtiva e que poderiam, em aplicações alternativas, gerar milhares de empregos.⁵⁰ Ademais, o desmantelamento do aparelho estatal em nome da “*eficiência*”, tem deixado algumas instituições a beira do caos, principalmente àquelas que são responsáveis pela saúde, educação e segurança.

Tudo isso em conjunto, é reflexo de uma política estratégica elaborada de acordo com as condições impostas pelo FMI e Banco Mundial, formalizada em 1992, no chamado *Consenso de Washington*⁵¹, que foram impostas aos países emergentes e subdesenvolvidos como o Brasil. Fazem parte dessa política estratégica, portanto, os seguintes objetivos gerais: liberalização comercial, desregulamentação econômico-financeira e desmantelamento do aparelho estatal. Seguindo essas condições, o Brasil passa a enquadrar-se dentro da lógica global de reprodução do capital financeiro.

⁴⁹ Um exemplo nesse sentido é dos fabricantes de autoveículos que diminuíram em 12 meses a produção em 15,75%. Apenas entre agosto e setembro de 1998 a produção nesse setor decresceu 43,98%. Fonte: IBGE, Fiesp, Acesp, Anfavea *apud* Gazeta Mercantil 6-8/11/1998.

⁵⁰ No caso específico da centralização do capital industrial, Comin elaborou um artigo interessante, que faz parte de uma pesquisa mais ousada, que trata o Brasil como um dos países, fora do eixo América do Norte-Europa-Ásia, onde esse processo de fusões e aquisições mais intensifica-se. Para se ter uma idéia entre 1992 e 1996, período áureo de desregulamentação econômica, o número de fusões e aquisições cresceram em números absolutos de 40 para 223, ou seja, um aumento de 557% em apenas quatro anos. Ao todo, estas fusões e aquisições implicaram na mudança de mãos de nada menos do que US\$ 6,9 bilhões, valor sem precedentes na história econômica do país. Comin, A. *Oligopólios globais e centralização de capitais na economia brasileira*. In: Anais do II Encontro de Economia Política, São Paulo: PUC, maio, 1997 pp. 78-105.

⁵¹ VER WILLIAMSON, J. *THE POLITICAL ECONOMY OF POLICY REFORM*, WASHINGTON: INSTITUTE FOR INTERNATIONAL, DC., JANUARY, 1994. O CONSENSO DE WASHINGTON TEM UM FORTE VIÉS MONETARISTA. FOI COM A ADOÇÃO DE SUAS PREMISSAS QUE VÁRIOS GOVERNOS INICIARAM UMA VERDADEIRA BATALHA CONTRA O PROCESSO INFLACIONÁRIO EM SEUS RESPECTIVOS PAÍSES. NO BRASIL, ESSA LÓGICA DE QUE O ESTADO FOI RESPONSÁVEL POR GRANDE PARTE DA MAZELAS ECONÔMICAS E SOCIAIS APRESENTADAS DURANTE QUASE VINTE ANOS FOI DEFENDIDA CEGAMENTE PELO ENTÃO GOVERNO CARDOSO E SUA EQUIPE ECONÔMICA MAINSTREAMIZADA. É INTERESSANTE NOTAR COMO NO BRASIL, NOS ÚLTIMOS ANOS A PASTA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA TEM SIDO UMA DAS MAIS IMPORTANTES EM ALGUNS MOMENTOS. TEM SIDO ATÉ MAIS IMPORTANTE DO QUE A PRÓPRIA PRESIDÊNCIA. É NECESSÁRIO MODIFICAR ESSA ESPÉCIE DE “HIERARQUIZAÇÃO DE PODERES”. SEGUNDO THERBORN, *OP. CIT.* P. 40, “DEVEMOS EVITAR ELEGER MINISTROS DA ECONOMIA COMO DIRIGENTES MÁXIMOS DE NOSSOS PAÍSES” SE QUISERMOS ESCAPARMOS À CONDENAÇÃO DE ENFRENTARMOS POLÍTICAS NEOLIBERAIS.

Um dos objetivos centrais do *Consenso de Washington* era a total liberalização da conta de capital. As políticas cambial e monetária adotadas pelo Brasil, propiciaram essa liberalização, tornando-se o país um terreno fértil para autovalorização do capital financeiro, principalmente com operações rentistas com títulos da dívida pública.

Os países em desenvolvimento que foram enquadrados nessa mesma lógica vêm apresentando sérias dificuldades de sair da armadilha do câmbio sobrevalorizado e da taxa de juros elevada, sem que comprometam fortemente o ambiente relativamente estável de suas respectivas economias, causando sérios problemas sociais e aumentando as expectativas de retorno da inflação.

Essa situação se apresenta em vários países da periferia capitalista. A crise financeira que se abate no Brasil, por exemplo, não é um fato recente. Ela remonta desde os primórdios da década de 1980 quando o país foi submetido a um draconiano ajustamento estrutural imposto pelo jogo de forças internacionais interessadas no cumprimento dos acordos da dívida externa. Esse ajustamento minou com a possibilidade do país completar sua matriz produtiva que vinha sendo construída desde o período 1968-1975. A partir da década de 1980 a lógica financeira impõe ao Brasil condicionalidades de caráter estrutural. Uma delas é a completa redefinição do papel do Estado. Assim como outros países de capitalismo tardio, o Brasil ainda apresenta uma forte presença do Estado na economia.

Historicamente o Estado, no Brasil, assumiu três papéis importantes, a saber: Estado produtor, Estado regulador e Estado previdenciário ou de bem estar.⁵² A desarticulação dessa estrutura, principalmente a do Estado produtivo e previdenciário, atende aos objetivos do atual padrão de acumulação capitalista baseado na financeirização. Isso não é nenhuma novidade. Oliveira afirma que além do Estado exercer as suas funções básicas supracitadas, durante o processo de industrialização, principalmente depois da década de 1950, colocou-se a disposição, principalmente do capital privado estrangeiro, como principal financiador da acumulação, transformando o “*Tesouro Público numa espécie de capital financeiro geral*”.⁵³ Na década de 1990 isso tem acentuado-se em outro sentido, não mais atendendo as necessidades do capital produtivo, mas submetendo-se a lógica de reprodução do capital financeiro.

⁵² Ver Pereira, L.C.B. *Economia Brasileira: uma introdução crítica*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

⁵³ Oliveira, F. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977, p. 4. O autor trata, no III cap., especificamente sobre a relação que o Estado teve com os capitais privados

Esta situação acentuou-se durante o governo Collor (1989), quando resolveu-se adequar o Estado para a abertura econômica, adotando um programa econômico abertamente neoliberal. Com a política econômica deliberada do governo Cardoso (1994), a situação do Estado certamente agravou-se pelos vários motivos que já mencionamos em diversas passagens. Na propaganda deste governo algumas medidas vêm sendo tomadas com o objetivo de sanear as finanças do Estado e ao mesmo tempo permiti-lhe alcançar maiores graus de liberdade no trato das políticas públicas, principalmente aquelas dirigidas às áreas sociais. Os recursos financeiros angariados com o processo de privatização, por exemplo, não têm sido, nem de longe, suficientes para fazer face aos problemas financeiros enfrentados pelo Estado brasileiro, sobretudo os déficits nas contas públicas, agravados pelas taxas de juros elevadas e o cumprimento dos acordos de pagamentos com os credores da dívida pública brasileira.

Os resultados tem sido desastrosos. A reestruturação organizacional e produtiva que sendo submetidas as empresas privatizadas vem agravando o nível de desemprego. Só a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), após a sua privatização, prometia demitir cerca de 2,5 mil funcionários. Outras companhias do setor de telecomunicações e de energia não fogem a regra estabelecida pelas privatizações, ou seja demissões para se obter um nível ótimo de produtividade.

Essa situação impõe aos sindicatos uma verdadeira camisa-de-força. São obrigados agora a reverem suas estratégias de oposição, não mais privilegiando a defesa das conquistas trabalhistas ao longo dos anos, diga-se de passagem à duras penas, inclusive na defesa da manutenção das políticas públicas. Agora estão mais preocupados em manter o nível de emprego, endossando medidas de flexibilização do mercado de trabalho impostas pelo capital monopolista (principalmente as empresas automobilísticas).

Em grande parte os problemas que enfrenta o Estado brasileiro não advém de fatores isolados, mas sim de uma complexa ordem estabelecida, tanto no âmbito interno, através de um sistema político clientelista, quanto no externo com adoção de políticas de ajustamentos impróprias para o país. Na verdade a sua deterioração faz parte de uma estratégia neoliberal que beneficia alguns setores da elite nacional e sobretudo o capital financeiro internacional. Com o esgotamento do padrão de financiamento do modelo de desenvolvimento, o Brasil entrou no ciclo declinante de investimentos. É basicamente

nacional e estrangeiro, e como ele foi tomado por assalto, principalmente pelo capital imperialista com seus objetivos expansionistas.

por falta dos mesmos que grande parte do aparato produtivo do Estado brasileiro, por exemplo, apresenta hoje níveis de ineficiência que o coloca em desvantagem competitiva. Mesmo aquelas ex-estatais, como é o caso da CVRD (Companhia do Vale do Rio Doce), Telebrás, CPFL (Companhia Paulista de Luz e Força) entre outras, que não passavam por esses problemas, foram sujeitas à privatização.

Entretanto, é importante salientar que as empresas estatais, sejam elas tipicamente produtivas (siderúrgicas, produção de minérios etc.), e as unidades prestadoras de serviços públicos gerais de infra-estrutura (telecomunicações, energia etc.) foram, durante as fases de crescimento do emprego e da renda no país, importantes instrumentos de financiamento do setor público. Aliada a esses setores, e com essa mesma função, encontra-se também o sistema financeiro público, envolvendo os bancos comerciais oficiais, as caixas econômicas e os bancos de fomento.

Todavia esses instrumentos de financiamento, ao serem desarticulados pelos governos Collor, Franco e principalmente Cardoso, impossibilitam o Estado de aumentar sua capacidade de financiamento, ficando restrito apenas as receitas oriundas de alguns serviços prestados e pela cobrança tributária, portanto, poucas alternativas de arrecadação. O pior ainda é que as receitas governamentais estão comprometidas, em parcelas consideráveis, com a manutenção daquela lógica de acumulação rentista. Desta forma, é de responsabilidade direta de nossos governantes e da elite que os mantém no poder, as péssimas condições econômico-sociais em que se encontra atualmente a grande maioria da população brasileira.

5 - Considerações finais

No entanto é pragmático o reconhecimento de que a continuidade das estratégias político-econômicas do governo brasileiro, sob a “maestria” do Presidente Cardoso e sua equipe econômica está na “contramão da história”, como os próprios neoliberais gostavam de afirmar para aqueles que propunham outras alternativas, como a revitalização de um capitalismo de base nacional, um projeto neodesenvolvimentista.⁵⁴

Os grandes países da Europa como Alemanha, França, Itália e Inglaterra, já demonstram sinais de que procuram outras alternativas que não estejam consoante com

⁵⁴ Cf. Cruz, *op. cit.* pp. 18-19.

o fundamentalismo de mercado.⁵⁵ A inadequação das estratégias políticas elaboradas e ratificadas no Consenso de Washington, e que deram corpo a atual crise do sistema econômico internacional, já foi reconhecida oficialmente.⁵⁶

Para o Brasil, continuar com esse modelo de política econômica, permitirá aprofundar as mazelas sociais do país. Portanto, existe uma necessidade transparente de mudanças no quadro econômico e sócio-político no Brasil, para não continuar nas malhas de um capital parasita que não tem contribuição relevante para o desenvolvimento de uma verdadeira economia nacional.

Desta forma, é necessário romper com esse esquema de expropriação dos excedentes no plano nacional e que são repatriados pelo capital imperialista financeiro. É mister revertê-los para o atendimento de uma verdadeira estratégia desenvolvimentista de caráter nacional. Para que isso tome forma, também é necessário uma mudança no quadro político que minimize as influências de forças externas, que não têm interesse em resolver os principais problemas brasileiros, e no cenário político possam emergir lideranças vindas de frentes populares para quebrar, definitivamente, as relações “patrimonialistas” do Estado com o capital imperialista. Tudo isso passa, conseqüentemente, por dois processos: (a) pelo aprofundamento e radicalização do processo democrático - processo democrático com desdobramentos para além da liberdade de expressão burguesa, entendendo a democracia também como igualdade de oportunidades frente à cidadania – (b) e o fortalecimento de instituições que ofereçam condições de governabilidade para uma nova proposta de política econômica e de programa de governo.

⁵⁵ Uma crítica contundente ao fundamentalismo de mercado é feita, quem diria, pelo mago dos mercados financeiros, George Soros. *A Crise do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Campus, 1998. Nesse livro, Soros coloca que no fundamentalismo de mercado “todas as atividades sociais e as interações humanas devem ser encaradas como relacionamentos transacionais, baseados em contratos, e avaliadas em termos de um único denominador comum: o dinheiro” (pp. 29-30). Em seguida o autor dispara sua crítica: “O fundamentalismo de mercado busca abolir o processo decisório coletivo e impor a supremacia dos valores de mercado sobre todos os valores políticos e sociais” (p.31). Ele assume que foi essa ideologia convencional “que colocou o capital financeiro no acento do motorista” (p.23).

⁵⁶ Ver o artigo do vice-presidente do Banco Mundial, Joseph Stiglitz. *O pós-consenso de Washington*. Folha de São Paulo, Caderno *Mais!*, 12/06/1998, pp. 4-5.

